

Sindicatos querem fortalecer representatividade

CUT quer enfrentar globalização e propõe revisão de estruturas e da legislação

Os sindicatos de trabalhadores devem consolidar este ano alguns dos caminhos a serem tomados rumo ao fortalecimento da representatividade sindical em tempos de economia internacionalizada. "Estamos propondo a inclusão do País na globalização, mas não submisso aos países desenvolvidos, apresentando as nossas reivindicações, as nossas propostas de desenvolvimento", diz o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Vaccari Neto.

Ganham espaço as discussões sobre temas como a redução no número de entidades, fusões entre organizações de diferentes categorias, além da revisão das estruturas montadas pelos sindicatos. "O debate a respeito das fusões vem mais da necessidade de as entidades procurarem se adaptar às modificações profundas que aconteceram nas categorias", avalia Vaccari. Mas, segundo ele, a tendência das unificações e outros ajustes nas estruturas sindicais, como o fim das contribuições compulsórias, só estarão garantidos se houver mudanças na legislação sindical.

Em entrevista ao repórter Helio Gama Neto, Vaccari fala também das atividades da CUT, num ano em que as reformas constitucionais e a reeleição são os destaques.

Estado — 1996 foi marcado pelo debate em torno da necessidade de promover fusões entre sindicatos. Em 1997, o que será possível avançar nesse sentido?

João Vaccari Neto — O ano passado foi evidenciado muito mais pelo debate das transformações da economia global. Embora nós da CUT já tenhamos apresentado, em 1991, o diagnóstico de que a internacionalização e a globalização seriam fatores determinantes na economia. É evidente que estes dois pontos tra-

zem mudanças no conjunto do movimento sindical brasileiro. Vem à tona o que a CUT defende desde o final da década de 70: a revisão total da legislação sindical. Assim, nós começamos a caminhar na busca da redução no número de sindicatos e do fortalecimento da representação sindical no enfrentamento à globalização, de orientação neoliberal.

Estado — Mas a tendência das fusões ganhou força somente no ano passado. Teria sido por causa das dificuldades financeiras enfrentadas pelo sindicalismo?

Vaccari — Eu acho que o debate a respeito das fusões dos sindicatos não vem em decorrência do problema econômico. Vem mais da necessidade de as entidades procurarem se

adaptar às modificações profundas que aconteceram nas categorias. O trabalho que era feito no setor industrial no começo da década de 80 é totalmente diferente daquele que é realizado hoje. Mudou, e mudou muito, o perfil dos profissionais.

Estado — Por que fracassou a fusão realizada entre os sindicatos dos metalúrgicos do ABC?

Vaccari — O caso dos sindicatos dos metalúrgicos de Santo André e de São Bernardo do Campo mostra que, enquanto nós não tivermos uma modificação na legislação sindical, tudo pode ir para traz. Isso porque hoje é garantido para qualquer sindicato que já existe, ou que seja fundado, financiamento alheio à vontade do trabalhador: o imposto sindical. Hoje, qualquer um pode fundar um sindicato. Esse foi o problema do ABC. Houve um desentendimento político onde a parte que se sentiu prejudicada rompeu com as decisões dos trabalhadores de unificação.

Estado — É inegável que a maior parte dos sindicatos enfrentam problemas financeiros. Ao mesmo tempo, a CUT defende o fim das "taxas compulsórias". Qual é a alternativa para arrecadar sem fazer uso desses mecanismos?

Vaccari — De fato, nós defendemos o fim de todas as taxas compulsórias. Nós defendemos a ideia que passa pela necessidade de os sindicatos se manterem de contribuições voluntárias, ou melhor, não compulsórias, e da mensalidade sindical. Os sindicatos que vivem hoje em crise são os sindicatos que não reviram as suas estruturas diante das modificações que foram acontecendo na organização do trabalho e acabam fazendo uso das contribuições compulsórias, cada vez maiores. Há sindicatos cobrando 1% de contribuição confederativa mensal. Isso equivale a 12% ao ano.

Estado — Qual é a agenda da CUT para 1997?

Vaccari — Nós queremos alterações na legislação, onde há dois pontos fundamentais: o fim das contribuições compulsórias e a garantia da liberdade e da autonomia sindical. Nesse caso, há basicamente três problemas que precisam ser resolvidos: fortalecer as negociações coletivas, garantir a representação sindical no local do trabalho e tornar viável o contrato coletivo.

Estado — No ano passado, a CUT participou de uma negociação inédita com o governo federal em relação à reforma da Previdência. O episódio, que culminou em fracasso, acabou expondo várias contradições da central. Isso

não pode se repetir e prejudicar a agenda da CUT para este ano?

Vaccari — Internamente, em relação ao episódio Previdência, é preciso dizer que nós só tomamos decisões a partir de uma maioria. São decisões democráticas, que têm legitimidade e foram fruto do debate político. Do ponto de vista da negociação,

foi o governo que não honrou com as negociações que foram feitas. Mas não acho que isso será problema na presença da CUT nos debates deste ano. Nós vamos discutir as reformas constitucionais, a lei de greve e a reeleição sempre defendendo o ponto de vista do trabalhador.

Estado — A dificuldade enfrentada

pelos esquerdas em todo o mundo para encontrar um discurso mais eficaz no combate ao neoliberalismo pode dificultar essa agenda?

Vaccari — Dentro da CUT nós temos dois campos: os conservadores, que querem fazer e continuar fazendo a política da negação completa, se referenciando no socialismo que foi derrotado nos países do Leste europeu; e o setor progressista, da resistência propositiva, que está aberto ao diálogo, fazendo a reflexão sobre a modernização que vem ocorrendo no mundo. Os dois campos acham que o governo hoje tem uma orientação neoliberal que visa a retirada e a destruição dos direitos dos trabalhadores. O governo quer incluir o Brasil na economia global submisso ao interesse dos países desenvolvidos. O setor progressista da CUT (que controla a direção da central) está propondo a inclusão do País na globalização, mas não submisso aos países desenvolvidos, apresentando as nossas reivindicações, as nossas propostas de desenvolvimento.



**A LEI DEVE
GARANTIR A
AUTONOMIA
SINDICAL**



Vaccari: "O governo quer incluir o Brasil na economia global submisso aos países subdesenvolvidos"